

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Ministro diz que mineração não afetará áreas protegidas](#)3

O Estado de S. Paulo

[Título: Ministro nega aumento da tarifa de energia](#)17

[Título: Ministros dizem que área de conservação não vai mudar](#)18

[Título: Agenda positiva e a privatização](#)19

Sumário

VEÍCULO: O Globo3

Título: Ministro diz que mineração não afetará áreas protegidas3

Título: Energia é a mais cobiçada.....4

Título: Hidrelétricas da Cemig poderão ser leiloadas separadamente6

Título: Conta de luz terá redução em setembro7

Título: Petrobras faz aporte de R\$ 6,3 bi para tornar BR mais atraente.....8

Título: Odebrecht vende usina no Peru por US\$ 1,39 bi.....10

Título: EUA adotam sanções e embargo contra Venezuela11

Título: Privatizar é bom ou ruim?13

Título: Atentado Ambiental14

Título: Crivella prejudica contribuinte no IPTU.....16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo17

Título: Ministro nega aumento da tarifa de energia17

Título: Ministros dizem que área de conservação não vai mudar18

Título: Agenda positiva e a privatização	19
Título: Artistas criticam extinção de reserva	20
Título: Estatal cortou 700 cargos de gerência	21
Título: Taxa extra na conta de luz cai para R\$ 2.....	23
Título: BR 'ganha' R\$ 6,3 bi da Petrobrás para ficar mais atrativa	24
Título: Broadcast de olho nas ações.....	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Ministro diz que mineração não afetará áreas protegidas**

Fim de reserva mineral na Amazônia é criticado por ambientalistas.

Após a repercussão negativa causada pelo fim da proibição à exploração mineral em uma imensa área na Amazônia, o Ministério de Minas e Energia convocou uma entrevista ontem para defender o decreto assinado pelo presidente Michel Temer. O **ministro Fernando Coelho Filho** disse que a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) não é uma região de proteção ambiental e que as nove áreas indígenas e de floresta dentro do local não serão afetadas. Ele afirmou que não haverá exploração mineral nas áreas protegidas e que o tamanho dessas unidades de conservação não será alterado.

Coelho destacou que a fiscalização na região será intensificada. No entanto, o ministro não deu detalhes sobre como isso seria feito em uma área de 47 mil quilômetros quadrados: A reserva nacional do cobre é uma reserva mineral, nunca foi reserva ambiental. A área tem uma série de reservas ambientais e indígenas. Elas continuam sendo reservas ambientais e indígenas, com legislação própria. Esse decreto não tem poder para se sobrepor a uma lei. Não se fez uma liberação para atividade na área irrestrita. Não é isso que está acontecendo.

O governo publicou, na última quarta-feira, um decreto extinguindo a Renca, uma área entre o Pará e o Amapá. Com a decisão, depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, a região da Amazônia, rica em ouro poderá ser explorada. A reserva foi criada em 1984, ainda durante a ditadura militar. A decisão provocou protesto de ambientalistas e manifestações de artistas como o modelo Gisele Bündchen e o ator Cauã Reymond, nas redes sociais.

Com a repercussão, o governo desencadeou uma estratégia para rebater as críticas. Na última quinta-feira, o Palácio do Planalto divulgou nota na qual afirma que a Renca "não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns"! O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse no Twitter ontem que o "governo não extinguiu nenhuma unidade de conservação"!

"ÁREA COM EXPLORAÇÃO TEM FISCALIZAÇÃO"

Apesar de ter cobre no nome, a reserva é rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos. O temor dos ambientalistas é que a exploração de minério em regiões próximas às terras indígenas e às áreas de

proteção integral e uso sustentável dentro da Renca provoque degradação na floresta e nos cursos d'água.

O MME afirmou que não há, "no primeiro momento" hipótese de extração de grande porte na área e que os estudos podem levar mais de 10 anos. O **ministro Fernando Coelho Filho** afirmou que a reserva mineral é hoje explorada ilegalmente. Ele jogou a culpa pela falta de fiscalização para outros órgãos do governo: — Nós temos informações de consultorias de que, dentro da área, existem aproximadamente 28 pistas de pouso clandestinas e mais de mil pessoas praticando extração ilegal. Nós temos agora um desafio de fiscalizar. Bem ou mal, todas as áreas com exploração têm fiscalização.

A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto assinado pelo presidente militar João Figueiredo, que impediu a exploração mineral na mata. A área fechada tem o tamanho equivalente ao do estado do Espírito Santo ou ao território da Dinamarca. O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre na região. Essa intenção, no entanto, não saiu do papel.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Energia é a mais cobiçada

Congonhas e petróleo também atraem investidores. Governo prevê arrecadar R\$ 60 bi em bônus.

O setor de energia elétrica (instalação de linhas de transmissão e usinas) é a joia da coroa da União, segundo um ranking dos ativos brasileiros que serão colocados à venda ou concedidos ao setor privado e que compõem a carteira de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em segundo lugar, está o Aeroporto de Congonhas, e, em terceiro, as licitações de óleo e gás. A Lotex (raspadinha), da Caixa Econômica, também desperta a cobiça de grupos internacionais, porque paga muitos prêmios, o que atrai apostadores — 65% da receita são convertidos em prêmios. Na Mega Sena, o percentual é de 30%.

A lista foi elaborada pelo corpo técnico do PPI, com base em rodadas de conversas com vários investidores (setor financeiro, fundos de pensão e operadores da área de infraestrutura). A expectativa do governo com a inclusão de mais 57 projetos de privatização é obter pelo menos R\$ 60 bilhões em bônus em 2017 e 2018. Essas receitas vão ajudar a fechar as contas públicas, de déficit primário de R\$ 159 bilhões nos dois anos. — São projetos maduros, que já estão

prontos. Há demanda no mercado — disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco.

SETE GRUPOS INTERESSADOS NAS USINAS DA CEMIG

O caso emblemático do leilão das usinas da Cemig, que deve ocorrer ainda este ano, apesar da pressão política contrária, mostra o apetite dos investidores no setor. Segundo uma fonte do governo, há pelo menos sete grandes grupos estrangeiros com proposta: o chinês State Power, o mais decidido nas rodadas de conversas; dois fundos de pensão canadenses; a Brookfield; a empresa italiana Enel e os portugueses da EDP; além do francês Engie e da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

Técnicos que participaram dos estudos da concessão da Lotex revelam que quatro grandes investidores demonstraram interesse: o grupo americano Scientific Games, o indiano Eagle Press, o italiano IGT e o austríaco Tatts Group. O governo espera um lance de R\$ 1,5 bilhão e mais receitas com impostos entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões por ano.

Praticamente todos os operadores aeroportuários estrangeiros que passaram a atuar no país — e mesmo quem ainda não participou das rodadas de concessão — já demonstraram interesse em Congonhas, contou uma autoridade do setor. O potencial com receitas comerciais no aeroporto mais movimentado do Brasil é o principal atrativo. Depois do leilão de Congonhas, mencionou a fonte, será difícil manter o Santos Dumont nas mãos da Infraero.

Para a 14.a rodada de licitação na área de óleo e gás, prevista para 27 de setembro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) já habilitou 32 empresas de um total de 36 inscritas. Entre elas, companhias de vários países, como Rússia, China, Índia, Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Canadá, França e Reino Unido, além de nacionais. Os ativos são muito diferentes, mas os players também são, e atuam em nichos distintos. De certa forma, todos estão despertando interesse — disse o secretário de Coordenação de Projetos do PPI, Tarcísio Gomes de Freitas, que precisou interromper a conversa com O GLOBO anteontem para fazer duas conference calls com investidores estrangeiros.

RETORNO DE 8% AO ANO COM HIDRELÉTRICAS

Segundo técnicos envolvidos nas negociações, a atratividade dos ativos do setor elétrico é a receita garantida por tarifas. No caso das hidrelétricas da Cemig (São Simão, Miranda, Volta Grande e Jaguara), que são usinas em operação, não há mais nem risco ambiental da obra. O retorno para o investidor, de 8% ao ano (real) num cenário de queda da inflação, é outro chamariz. Os 11 lotes de instalação de linhas de transmissão em nove estados, que o governo pretende

licitar em dezembro deste ano, levam entre 36 e 60 meses para serem instalados e comecem a dar retorno.

As duas rodovias incluídas na carteira do PPI, a BR-153 (Goiás-Tocantins) e a BR-364 (Rondônia) também despertam atenção por causa do agronegócio. Todo ano, sobem quatro milhões de toneladas de grãos do Mato Grosso para Rondônia, destacou um técnico. O leilão da Ferrovia Norte/Sul, que pode gerar uma receita para o Tesouro de R\$ 1,6 bilhão, também pode ter concorrência, porque o trecho da ferrovia tem sinergia com a BR-153. — Até mesmo a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), entre Caitité e Ilhéus (BA), que pensávamos que ninguém queria, identificamos pelo menos três players interessados — disse um técnico.

Mesmo com o argumento de que a Casa da Moeda é deficitária porque ninguém mais usa dinheiro em espécie, o governo pretende faturar com a sua privatização. A propaganda oficial vai focar nas receitas que o investidor terá com emissão de selos para cigarros e bebidas.

A Eletrobras, ativo incluído no PPI na última hora, é outra grande aposta do governo, que já tem como estratégia usar a experiência com a privatização do sistema Telebras. Mas, primeiro, será preciso retirar a parte podre da companhia: as seis distribuidoras do Norte e do Nordeste. Estas fazem parte do grupo "patinho feio" do PPI. A previsão era vendê-las no segundo semestre de 2017, mas isso não será mais possível. A ideia agora é flexibilizar as exigências para atrair competidores, como a meta de perda de energia.

Outro projeto com problema é a Ferrogrão (MT/ PA) — um investimento de R\$ 12 bilhões e de alto risco. O leilão estava previsto para o segundo semestre deste ano, mas os consórcios estão com dificuldades para obter financiamento. Na melhor das hipóteses, ocorrerá em março de 2018. Já o leilão de aeroportos em bloco (um no Nordeste e outro no Centro-Oeste), em que o vencedor da disputa terá que levar junto terminais deficitários, também é uma incógnita, assim como o Parque Olímpico do Rio, que envolve a prefeitura e a União.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Hidrelétricas da Cemig poderão ser leiloadas separadamente

Aneel aprova alterações no edital, que antes previa venda em bloco.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem alterações no edital do leilão de concessão de quatro hidrelétricas operadas atualmente pela

Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Apesar de a Justiça ter suspenso o leilão, a Aneel manteve a data prevista para a licitação: 27 de setembro.

A concorrência para a concessão das quatro hidrelétricas é alvo de disputa entre União e Cemig. O governo espera arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com a licitação, valor importante para fechar as contas públicas deste ano, mesmo após o rombo ser ampliado para R\$ 159 bilhões. A Cemig tenta manter as concessões e busca um empréstimo para pagar ao governo pela renovação dos contratos.

Na reunião da diretoria ontem, a Aneel alterou a formação dos lotes das usinas. Inicialmente, três delas — Jaguará, Miranda e Volta Grande — seriam licitadas em um pacote, e os investidores só poderiam fazer ofertas individuais por um empreendimento caso não houvesse proposta pelo bloco completo. Agora, elas foram separadas, e o leilão terá quatro lotes, um para cada hidrelétrica. Além dessas, será leiloada a usina de São Simão.

PAGAMENTO EM ATÉ 20 DIAS

O governo também permitiu que os vencedores do leilão paguem os valores ofertados pelas usinas até 20 dias após a assinatura dos contratos. Antes, o pagamento seria no ato da assinatura. O objetivo da mudança é tornar mais fácil para as empresas conseguirem os recursos e o financiamento para fazer o pagamento. As vencedoras do leilão poderão, por exemplo, oferecer as próprias usinas como garantia para os empréstimos.

O governo ainda não recorreu da decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) de suspender o certame. Enquanto isso, a Aneel mantém os preparativos para o leilão. Por pressão política da bancada de Minas Gerais, o Palácio do Planalto determinou à equipe econômica abrir negociação com a Cemig para renovar os contratos.

Também ontem, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a incorporação pela Taesa de fatias antes pertencentes à Cemig nas empresas de transmissão Transleste, Transudeste e Transirapê.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Conta de luz terá redução em setembro

Bandeira passa de vermelha a amarela, com cobrança extra de R\$ 2 .

A conta de luz ficará mais barata em setembro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a bandeira tarifária a ser aplicada às tarifas no mês que vem será amarela, ou seja, com cobrança extra de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Agosto ficou com bandeira vermelha, o que implica cobrança adicional de R\$ 3 a cada 100kWh. Ou seja, deve haver redução nas contas.

Com mais chuvas no Sul e Sudeste, além do aumento na geração de energia eólica no Nordeste, a produção de energia ficou mais barata, segundo a Aneel. No entanto, os reservatórios continuam com níveis baixos — daí a bandeira amarela, o que significa que as termelétricas ainda precisam ser acionadas. A situação mais preocupante é no Nordeste, onde os reservatórios operam com 13,15% da capacidade. No Sudeste e no Centro-Oeste somados, o nível de armazenamento está em 33,9%. No Sul, a situação é mais tranquila: 59,95%.

De acordo com a Aneel, o custo da termelétrica mais acionada está em R\$ 411,92 por megawatt-hora (MWh). A bandeira amarela é adotada quando o custo das térmicas está entre R\$ 211,28/MWh e R\$ 422,56/MWh. Acima disso, cai-se na bandeira vermelha. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Petrobras faz aporte de R\$ 6,3 bi para tornar BR mais atraente

De olho no IPO, cisão parcial vai retirar da distribuidora dívidas da Eletrobras.

Embalada pela decisão do governo federal de privatizar a Eletrobras e outros 57 ativos, a Petrobras anunciou ontem a reestruturação societária na BR Distribuidora. A fim de lapidar a joia da coroa, a petrolífera fará um aporte de R\$ 6,3 bilhões e vai retirar da BR as dívidas que esta tem a receber da Eletrobras, no mesmo valor do aporte, por meio de uma cisão parcial. A redução do endividamento vai elevar o valor de mercado da empresa. A Petrobras quer realizar a abertura de capital (IPO, sigla em inglês) da distribuidora com emissão de ações até dezembro.

Segundo uma fonte próxima, a ideia é oferecer de 25% a 40% das ações da BR, líder do mercado de distribuição de combustíveis no país, sem se desfazer de seu controle, como previsto anteriormente. No mercado, especula-se que a oferta ficaria entre 25% e 49% do total dos papéis. Não se cogita nem vender o controle, nem se adotar o modelo de gestão corporativa, como está sendo proposto para a Eletrobras. Sem a retirada dessas dívidas a receber do setor elétrico, o mercado ia dar valor zero para a BR — afirmou uma fonte.

Os recursos do aporte da Petrobras, de R\$ 6,3 bilhões, serão usados exclusivamente para o pré-pagamento de dívidas da BR, reduzindo o total de suas dívidas, que, no fim de 2016, montavam a R\$ 12,4 bilhões. Dessa forma, a distribuidora vai se tornar mais rentável. A venda de participação acionária na BR faz parte do plano de desinvestimento da Petrobras, que prevê atingir US\$ 21 bilhões no período de 2017/18.

Com a reestruturação societária da BR, aprovada ontem, a Petrobras fará uma cisão parcial na distribuidora. Nessa cisão, será feita a separação dos recebíveis decorrentes de contratos de confissão de dívida com empresas do grupo Eletrobras que têm garantias reais e dos recebíveis detidos pela BR com outras sociedades do sistema Petrobras. A parcela das dívidas a receber será incorporada na Downstream Participações Ltda., subsidiária cujo capital social pertence integralmente à Petrobras.

A Eletrobras e suas subsidiárias têm dívidas bilionárias junto à Petrobras e à BR Distribuidora, referentes à venda de combustível para abastecer usinas termelétricas na Região Norte. O balanço de 2016 da BR mostrou que o total a receber do grupo Eletrobras soma cerca de R\$ 6 bilhões, líquidos de provisões para perdas. Em 2014 a Petrobras e a Eletrobras assinaram um

acordo para o pagamento parcelado dessas dívidas. Foram previstas 129 parcelas, sendo a maior parte com garantia da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), um fundo formado com recursos pagos por todos os consumidores em suas contas de luz.

No Congresso Internacional de Mercados Financeiros da B3 (antiga Bovespa), em Campos do Jordão, o presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Nelson Carvalho, deu sua previsão de data: A nossa intenção é concluir o IPO até o dia 1º de dezembro. Não é um compromisso, mas estamos trabalhando nisso, e, se não for nessa data, será ainda em dezembro.

NECESSIDADE DE APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA

Esse prazo inclui a contratação dos bancos coordenadores, o pedido de registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as visitas a investidores (road shows) locais e internacionais e a finalização da abertura de capital. A ideia é, nessa data, já estar com as ações negociadas em Bolsa — explicou Carvalho.

A Petrobras explicou, em comunicado ao mercado, que as operações com a BR serão realizadas a valor contábil e com base em laudo de avaliação, sem gerar impacto no resultado das empresas, uma vez que a totalidade do capital de ambas empresas pertence à estatal petrolífera. "A operação também não gera

impacto relevante no patrimônio líquido da Petrobras e da BR" esclareceu a petroleira no comunicado.

As operações ainda estão sujeitas à aprovação em assembleia geral de acionistas da BR Distribuidora e pela reunião de sócios da Downstream. Deverá ainda haver manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e deliberação sobre a incorporação da Downstream pelos órgãos societários competentes.

Incluindo o da BR, o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, espera haver mais dez IPOs este ano. Mas ele admitiu que uma frustração com a reforma da Previdência pode trazer algum risco.

Colaborou Ana Paula Ribeiro, que viajou para Campos de Jordão a convite da B3

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Chico Prado

Título: Odebrecht vende usina no Peru por US\$ 1,39 bi

Movimento reforça estratégia da companhia de deixar de operar no setor de energia.

A venda da hidrelétrica de Chaglla, a terceira maior do Peru, para um consórcio liderado pela China Three Gorges (CTG), anunciada na noite de quinta-feira pela Odebrecht, foi mais um passo do grupo brasileiro em seu programa de reestruturação para enfrentar os danos sofridos com o envolvimento na Operação Lava-Jato. Essa estratégia deve resultar na saída definitiva da empresa do setor de energia.

Do US\$ 1,39 bilhão que receberá pela venda da usina de Chaglla, que entrou em operação no ano passado, a Odebrecht deve destinar US\$ 1,2 bilhão aos bancos que financiaram o projeto. O restante vai para um fundo constituído pela empresa para bancar penalidades que devem ser aplicadas pelo governo peruano por subornos pagos pela empreiteira no país.

Para João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, o anúncio é uma forte sinalização de que a Odebrecht vai mesmo sair da área de energia, abrindo espaço para a chinesa CTG, que "já apresentou as cartas no Brasil" onde é a segunda maior geradora privada.

— A CTG tem a intenção de ampliar significativamente a sua atuação no país e ser um grande agente na América do Sul, até mesmo liderando o processo. Ao

passo que, na Odebrecht, que começou como empreiteira e partiu para outras atividades, como energia e petroquímica, a tendência é botar à venda tudo o que não for construção civil — avalia Mello.

MAIS PERTO DA META DE REESTRUTURAÇÃO

A participação de 18% da empreiteira na usina de Santo Antônio, em Rondônia, conforme apurou O GLOBO, também já está à venda. Estão na lista ainda as linhas de transmissão que o grupo tem em Angola.

Com os recursos da venda da hidrelétrica peruana, que renderão o equivalente a cerca de R\$ 4,45 bilhões, a Odebrecht aproxima-se de R\$ 10 bilhões, do total de R\$ 12 bilhões previstos no plano de reestruturação, para equalizar suas dívidas.

Jean Franco, diretor da consultoria Smart Energia, considera natural que o processo de desinvestimentos da Odebrecht dê prioridade ao mercado de energia: — É um dos mercados mais atraentes no Brasil. E o melhor jeito de fazer caixa é vender ativos que sejam atraentes, e os melhores ativos deles estão no setor de energia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Mundo

Autor: Janaína Figueiredo - Correspondente

Título: EUA adotam sanções e embargo contra Venezuela

Medida atinge setor financeiro; juiz bloqueia US\$ 1,2 bi em conta.

-Buenos Aires- Ontem foi um dia de péssimas notícias em matéria financeira para o governo do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. E, coincidência ou não, os problemas se concentraram nos EUA. Pouco depois de o presidente Donald Trump ter assinado uma ordem executiva impondo novas sanções ao país — desta vez proibindo futuras operações com bônus venezuelanos e da estatal petroleira PDVSA no mercado americano — um juiz de Nova York ordenou o embargo de US\$ 1,2 bilhão de uma conta da Venezuela no Bank of New York Mellon. A decisão judicial favoreceu a empresa canadense Crystallex, expropriada no governo Hugo Chávez. O montante é significativo, considerando que, segundo economistas ouvidos pelo GLOBO, atualmente as reservas líquidas do Banco Central da Venezuela não superam os US\$ 300 milhões.

As sanções implementadas por Trump mostram que o cerco está se fechando sobre a Venezuela, mas, de acordo com os mesmos economistas, não terão grande impacto real, já que o país não emite nova dívida há pelo menos dois anos. — Se a Venezuela leiloasse novos bônus, deveria pagar juros altíssimos, e por isso

faz tempo que está fora do mercado — explicou o economista Francisco Faraco, diretor da Faraco & Associados. — As sanções de Trump não provocarão um dano imediato, porque não estamos emitindo nova dívida.

Mas, segundo ele, o embargo aplicado pelos tribunais de Nova York poderia ser muito mais grave. Não se sabe, ainda, se a Venezuela dispõe no banco do montante concedido à empresa canadense, que nos primeiros anos do governo Chávez realizou explorações de vários minérios no país, mas terminou expropriada pelo Executivo. A situação real das finanças do governo é um mistério, até mesmo para congressistas opositores como José Guerra, que foi economista-chefe do Banco Central e hoje é deputado e preside a Comissão de Finanças da Assembleia Nacional.

Ainda de acordo com o legislador, os EUA estão deixando cada vez mais claro que avançaram com todos os elementos disponíveis contra a Venezuela. — Duvido muito que o país tenha US\$ 1,2 bilhão depositados em Nova York, mas poderia ter um pouco menos do que isso, realmente não sabemos. Mas, como recado da Justiça americana, é importante.

"MAIOR AGRESSÃO CONTRA O PAÍS"

A reação do governo Maduro foi enérgica. Em visita à ONU, o chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, disse que as sanções de Trump são "a maior agressão já sofrida pelo país"! Maduro, por sua vez, acusou o presidente do Congresso, Julio Borges, de estar por trás das punições e convocou as empresas petroleiras americanas que compram petróleo venezuelano a uma reunião urgente: 8% do petróleo importado pelos EUA vêm do país de Maduro. — Primeiro a ameaça militar, e agora as sanções econômicas — declarou Arreaza, em Nova York, avisando que os EUA "não conseguirão provocar uma crise humanitária na Venezuela"!

O país, no entanto, já vive uma enorme crise econômica e humanitária, com escassez severa de remédios e alimentos e precarização dos serviços de saúde. Nos últimos meses, os EUA aplicaram sanções contra mais de 40 funcionários venezuelanos, entre eles o próprio presidente. Mas ontem foi a primeira vez que a Casa Branca retaliou diretamente o país e sua principal empresa estatal, a PDVSA.

"As medidas são cuidadosamente calibradas para retirar da ditadura de Maduro uma fonte crucial de financiamento para manter seu regime ilegítimo, disse a Casa Branca em nota.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Privatizar é bom ou ruim?**

Na Infraero, foi assinado um acordo coletivo que impede demissão até 2020. Só que a empresa está diminuindo pelas vendas de aeroportos ou de participações. Há quatro mil funcionários excedentes. Isso ao custo de R\$ 1 bilhão por ano. O que faz essa irracionalidade é um velho defeito das estatais ao qual os dois governos passados cederam: o corporativismo.

Os funcionários das estatais têm sido eficientes em apresentar seus interesses como sendo o interesse coletivo. E mesmo o economista mais preocupado com as contas públicas, se trabalhar numa das empresas do governo, vai defender o próprio bolso quando a mudança o afetar. Há casos recentes disso. As estatais são empresas de propriedade coletiva, mas, na prática, seus donos têm sido os trabalhadores e os políticos. O poder nas empresas é distribuído aos políticos como se fosse o butim a que eles têm direito porque venceram a guerra eleitoral.

Não se pode privatizar pelos defeitos que o Brasil acumulou dentro da parcela estatal da economia e é melhor não se iludir sobre o caráter das empresas privadas. É velho — e velhaco — o patrimonialismo brasileiro. Muitas empresas privadas continuam a ordenhar o Estado. O capitalismo não é uma ideia vencedora no Brasil. Direita e esquerda, ao governarem, impuseram mais Estado e mais proteção e subsídio às empresas que se definem como nacionais.

O ideal é que não se privatize por ideologia, nem para cobrir o rombo do ano, mas com uma ideia do que se quer naquele setor. Na telefonia, deu certo. Eu sei que quem me lê já quis jogar um celular na cabeça de qualquer uma das operadoras que atuam no país. Eu mesma tenho ímpetos diários. Mas foi pela privatização que o brasileiro passou a ter telefone. Graham Bell registrou a patente da sua invenção em 1876.

Noventa e seis anos depois foi criada a Telebrás. Até ser privatizada, em 1998, não havia conseguido, em quase 30 anos, universalizar o telefone. Mais de metade dos brasileiros não tinha acesso à invenção de Graham Bell, no final do século XX. O que deu certo nessa área foi o setor privado e a regulação. Nos últimos anos, o órgão regulador piorou.

A pergunta que está no ar agora é se será bom privatizar a Eletrobras. O modelo que o governo rascunhou parece interessante. Ele não privatiza, aceita ser diluído. Isso permite que a Eletrobras venha a ter o controle pulverizado. Se der certo, ela terá milhares de donos, será uma empresa pública, do público. Há

inúmeras companhias assim pelo mundo afora. Mas nem isso é garantia de que dê certo.

É preciso boa governança para que uma empresa aberta e de capital diluído seja eficiente. E sempre será indispensável boa regulação. O governo começou a mudar as regras do setor elétrico, de um modelo intervencionista para um pró-mercado. A famosa MP 579 foi a intervenção que já custou muito caro ao país e ao mercado. Agora, se quer expurgar os efeitos dessa regulação do governo Dilma.

O setor elétrico é de uma complexidade espinhosa. É um mercado de múltiplos interesses e de equilíbrio frágil. As novas regras ainda não foram escritas. Apenas houve uma nota técnica de para onde se quer ir e uma consulta pública que recolheu boas sugestões. Os técnicos começariam a redigir a MP quando veio a decisão de privatizar a Eletrobras. Qual MP escrever primeiro? Esse é o dilema. Se as regras vierem depois da venda, pode haver zonas de confusão. Se forem escritas antes, pode atrasar a venda.

Durante a grande guerra provocada pela 579, a MP intervencionista, as empresas do setor perderam o medo de entrar na Justiça. Judicializaram tudo. Agora, ameaçam de novo, quando se fala em mudar as regras, mesmo que seja para melhor. A Justiça existe exatamente para definir contenciosos, mas uma nova temporada da discórdia judicial eleva a incerteza regulatória.

É bom privatizar, mas não é trivial. No caso da Infraero, a venda de Congonhas, aeroporto rentável, vai piorar o passivo trabalhista da estatal. O governo diz que vai exigir que o comprador financie parte de um plano de demissão voluntária e vai capitalizar a empresa com a venda das participações em aeroportos privatizados. Vamos ver. O diabo tem residência conhecida. Mora nos detalhes.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Arnaldo Bloch

Título: Atentado Ambiental

Como já foi dito em textos analíticos, a chamada "Constituição Cidadã"; promulgada em 1988, merece, entre outros codinomes, o de "Constituição Ambiental"? tais os avanços no ordenamento jurídico sobre temas como proteção e preservação de florestas, direitos dos povos indígenas, demarcação, deveres da União, biodiversidade, regulamentação das atividades de extração, entre outros. Desde então, com menor ou maior zelo, tais preceitos vinham sendo observados e praticados pelos governantes eleitos democraticamente,

quaisquer que fossem suas cores partidárias, seus erros e acertos, seus escândalos.

Mesmo quando iniciativas de alto impacto ambiental estiveram na pauta dos chamados grandes projetos federais ou das propostas de alteração da lei no Congresso, houve debate, diálogo e atenção às manifestações de organismos não governamentais no país e no mundo e de governos estrangeiros associados a investimentos preservacionistas. Chegou-se a temer que a Amazônia caísse na mão dos "gringos", "houve bravatas, mas sempre, de uma forma ou de outra, manteve-se o trilho em equilíbrio.

Quarta-feira passada, Michel Temer descarrilhou o trem na marra, ao ofertar, na base do decreto, uma gigantesca reserva amazônica aos mineradores. "Há quatro grupos estrangeiros interessados"? noticiou-se. Por ironia, essa reserva, extinta por Temer ao estilo militar, foi criada justamente pelo último dos presidentes do ciclo de chumbo, João Figueiredo. Se o medo era de que a gritaria das ONGs e dos governos escondesse intenções nefastas d'"além-mar, a objetividade obscena de Temer abriu logo as pernas da floresta para as máquinas entrarem sem muita conversa. Um atentado sem precedentes desde a redemocratização. E um precedente, em si.

O pé fundamentalista desse tipo de terrorismo de Estado está no círculo mais íntimo de Temer. Vem, em especial, da figura do senador Romero Jucá (PMDB-RR), e o pior está por vir. Sem uma reação forte, a mineração vai esquartejar a Amazônia. Na segunda metade da década de 1980, durante o governo José Sarney, Jucá, na presidência da Funai, celebrizou-se representando o papel de raposa no galinheiro, ao estimular uma selvagem corrida ao ouro nas terras ianomâmi, riquíssimas em reservas minerais.

(Nota pessoal: em minha visita, pelo GLOBO, em parceria com Sebastião Salgado, a aldeias desse povo em 2014, testemunhei que falar o nome de Jucá, principalmente em zonas ainda semi-isoladas, era como evocar um espírito maligno. Vi um velho xamã contar histórias dele como se o político fosse uma criatura mitológica, dentro das narrativas da "fumaça canibal"; alusão às máquinas de garimpo, que, na cosmologia ianomâmi, arrancam da terra o que deve ali permanecer.)

No período em que Jucá reinou, o número de garimpeiros chegou a ser de cinco vezes o de indígenas. Tal época viu uma devastação só comparável à promovida desde os primeiros contatos com a fronteira branca há um século e meio, e dos massacres do período militar. Isso às portas de um Brasil novo.

A virada na História veio quatro anos depois da Constituinte e seis meses antes do ocaso do governo Collor, em 1992, quando foram reconhecidos os 9,6 milhões

de hectares dos ianomâmis, maior área contínua demarcada do Brasil, de alta relevância para a proteção da biodiversidade amazônica, e até hoje guardada por tribos que ainda têm pouco contato com a cidade.

Para usar, no sentido inverso, um termo caro ao grupo Temer, em especial a Jucá, criador da expressão, Fernando Collor, quem diria, "estancou a sangria"; E, agora, quando a sangria da Lava-Jato vai estancando lentamente, como previsto na chamada "Solução Temer"; o presidente, após ter comprado a peso de ouro os votos que o livraram de investigação formal do STF, fica livre para baixar seu "pacote de maldades" e descer o pau na Amazônia.

Mas voltemos a Jucá. Mesmo com a demarcação vitoriosa, o bravo senador jamais desistiu. De olho ávido no artigo 176 da Constituição, que libera a exploração com legislação específica (nenhuma constituinte é perfeita...), Jucá propôs o projeto de Lei 1.610, que, felizmente, ficou parado por 16 anos mesmo tendo sido aprovado no Senado. Um substitutivo de 2012 teve por relator o deputado Édio Lopes, do mesmo PMDB-RR de Jucá, historicamente ligado ao garimpo. Até recentemente, estava em fase adiantada de tramitação, sob a mesma relatoria. Enquanto isso, 54,8% da superfície ianomâmi estão requisitados por mineradoras.

Tem mais: a filha de Jucá, Marina, é sócia majoritária da Boa Vista Mineração, que tem 90 mil hectares ali requeridos. Além disso, tramita a PEC 215, determinando a revisão das demarcações em aberto e das homologadas, o que vai contra a Constituição. Mas, no paraíso das PECs, quem se importa? Com Temer no comando e Jucá no leme, e sem uma resistência eloquente, a mineração pode comemorar, pois no Brasil ninguém vai para a rua protestar por causa de floresta. A extinção da atual reserva (que, aliás, tem sete unidades de terras indígenas), na fronteira entre Pará e Amapá (olha o Sarney aí, gente) tem jeito de aperitivo antes de o inferno tomar conta da mata virgem, patrimônio nosso e da Humanidade.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Crivella prejudica contribuinte no IPTU

Mesmo menos atingida pela crise fiscal do que o estado, a cidade do Rio enfrenta dificuldades inevitáveis, devido à recessão e ao desemprego nacional. Mas com o agravante de a economia do estado, com reflexos também nos municípios, ter sofrido grande impacto da desestabilização da Petrobras, causada por falhas gerenciais graves, relacionadas de alguma forma ao esquema de corrupção sistêmica montado pelo lulopetismo e aliados (PMDB e PP) na estatal, e à virada do mercado mundial de petróleo.

A queda das cotações no mercado internacional reduziu de forma drástica os royalties, fonte de receita de peso para a região que é a maior produtora de óleo e gás do país. Corte de despesas e busca por novas fontes de receitas são tarefas essenciais para qualquer administrador público.

Mas, por tradição, presidente, governadores e prefeitos costumam optar por mais impostos. Marcelo Crivella não escapa à norma. Na proposta de revisão do IPTU que encaminhou à Câmara de Vereadores, o prefeito embute um aumento médio de 36% no imposto predial sobre o milhão de contribuintes ativos, revelou O GLOBO.

A prefeitura alega que reviu a Planta de Valores, em que se estima o preço do metro quadrado na cidade, base para o cálculo do IPTU. Ela não era atualizada desde 1997. Este é um dos problemas: por que fazer esta atualização quando o país ainda ensaia uma incerta recuperação econômica — porque, entre outros motivos, a reforma estratégica da Previdência continua encalhada na Câmara — o desemprego continua muito elevado, e a renda da população ainda não se recuperou? Faltou esta percepção ao prefeito e a assessores.

É certo que pesa mais a atávica resistência do homem público em cortar despesas, sempre uma tarefa árdua devido à resistência de corporações sindicais e outras que, na prática, controlam a máquina pública no país, e com forte representação no Legislativo. É mais cômodo passar a conta para quem sempre paga no final: o contribuinte, pessoa física e jurídica. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Ministro nega aumento da tarifa de energia

Os planos do governo de vender o controle da Eletrobrás e mudar o regime de venda da energia de hidrelétricas da empresa não vão acarretar alta nas tarifas de eletricidade no País, disse ontem o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**.

O comentário do ministro vem depois de a Reuters publicar na véspera que simulações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontavam que o modelo previsto para viabilizar a desestatização da Eletrobrás pode levar a uma elevação de mais de 10% nas tarifas. "Não é verdade que haverá uma elevação na tarifa de energia com o processo envolvendo Eletrobrás", disse o ministro, ressaltando que as mudanças não vão ocorrer de uma só vez.

As contas da Aneel apontam que o impacto será mais elevado se a mudança na venda de energia das usinas da Eletrobrás acontecer de uma vez só. A estatal tem 14 hidrelétricas que operam no chamado "regime de cotas", quando a produção é vendida às distribuidoras de eletricidade a preços baixos, que cobrem apenas custos de operação e manutenção. A ideia é permitir a venda da energia a preços de mercado.

Em troca dessa mudança, que aumentará a lucratividade das usinas, a Eletrobrás terá de pagar um bônus à União. O dinheiro para o pagamento viria de uma oferta de ações da companhia que reduziria a participação governamental na empresa a uma fatia minoritária.

Segundo Coelho Filho, o impacto tarifário não será relevante porque o processo de "descotização" das usinas deverá acontecer gradualmente. "As descotizações quando forem propostas serão feitas no tempo e ao longo de cinco, seis anos. Isso não vai acontecer assim, não será feita a descotização de uma só vez", afirmou.

Segundo estimativas do Ministério de Minas e Energia, o valor a ser levantado com a emissão das ações pode atingir cerca de R\$ 20 bilhões, montante que seria usado para o pagamento do bônus à União. As propostas que preveem o pagamento dos bônus farão com que os planos para a Eletrobrás resultem em receita primária para o governo, podendo ser usada para reduzir o déficit fiscal.

Ministros dizem que área de conservação não vai mudar

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Ministros dizem que área de conservação não vai mudar

Incomodado com as críticas, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que está havendo confusão no caso. "Os fatos estão sendo retratados de forma inverídica." Segundo ele, a medida tem o objetivo de regularizar uma situação que já acontecia na reserva. "Anteriormente era destinada só à exploração de cobre, mas clandestinamente exploravam outros minerais, como cobre e ouro. A medida não abre nenhuma área de exploração nova, só regulamenta as que hoje já acontecem de forma clandestina."

Anteontem, a Presidência da República adotou nota na mesma linha. Padilha também usou as redes sociais para "esclarecimentos". O **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, foi outro que saiu em defesa da mudança. Ele se comprometeu a não alterar o tamanho das unidades de conservação que fazem

parte da Reserva Nacional de Cobre e Associadas e disse que o governo cumprirá a legislação, de não liberar projetos dentro dessas áreas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Agenda positiva e a privatização

Ministério de Minas e Energia anunciou que vai privatizar a Eletrobrás. A notícia com certeza é a melhor já dada pelo governo Temer e consolida a postura moderna e pró-mercado da gestão do **ministro Fernando Coelho**. Não faltam razões e motivos para promover a privatização da Eletrobrás e mesmo da Petrobrás.

Na verdade, o setor de energia no governo do PT foi vítima de uma política de desorientação energética. Um exemplo dessa política foi a Eletrobrás ser obrigada a assumir taxas de retorno patrióticas. Isso levou a empresa a desrespeitar o acionista minoritário e a sofrer a maior perda de valor da sua história. Como disse o **ministro Fernando Coelho**, as intervenções passadas sobre o setor elétrico e sobre a gestão estatal exportaram custos para toda a sociedade. Com isso, a sociedade perdeu com o não pagamento de impostos e dividendos, sem falar na desvalorização do investimento público. Diante disso, numa decisão inédita, sensata e corajosa o governo decidiu privatizar a Eletrobrás.

A ideia seria uma emissão de ações que diluirão o controle que o Estado brasileiro tem sobre a empresa. Esse aporte privado, calculado entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões, compraria as usinas do regime de cotas. Esse regime seria extinto, corrigindo o grave erro cometido pela nefasta MP 579. A Eletrobrás se tornaria uma grande corporação, como as empresas de energia elétrica EDP portuguesa e a italiana Enel e a Vale e a Embraer no Brasil, passando a ter acesso a capital mais barato no mercado. Não está afastada totalmente a privatização via venda do controle. As boas notícias sobre privatização não param na Eletrobrás. Estão na lista 11 blocos de transmissão de energia, terminais portuários, rodovias, aeroportos e venda ou extinção de empresas públicas, como a Casa da Moeda e a concessão do Parque Olímpico do Rio, dentre outros. O governo entendeu que a agenda positiva é a privatização.

A palavra privatização foi uma das mais difíceis de serem pronunciadas nos últimos anos no Brasil. Era quase um palavrão. Isso porque os verdadeiros donos das estatais que são os partidos políticos e os sindicatos de funcionários demonizaram a palavra privatização, com argumentos e mitos que passam por eleger setores estratégicos, onde a presença do Estado seria essencial, até ideias

mais ultrapassadas, como a necessidade de estatais para defender riquezas, como o petróleo, dos interesses dos alienígenas.

Com a Lava Jato, onde empresas estatais deixaram a página de economia indo para a policial, e com a crise política acompanhada por um déficit fiscal de R\$ 159 bilhões, criou-se um novo ambiente que permite, com o apoio da sociedade, a discussão de que um país patrimonialista precisa vender patrimônio. Definitivamente, em pleno século 21 é um total contrassenso o Brasil ter 151 empresas estatais.

Num século de grandes inovações tecnológicas que transformam a ordem econômica não faz sentido ter bancos estatais e mesmo empresas como Petrobrás e Eletrobrás. Faz sentido o Estado investir em educação e saúde básica, em segurança pública e construir agências reguladoras independentes, com quadros de qualidade técnica, para que possam trazer de volta a estabilidade regulatória e a segurança jurídica, atraindo investimentos privados de qualidade.

A sociedade brasileira cansou de transferir renda para um grupo de privilegiados por meio de políticas como as de conteúdo local e da criação das empresas campeãs nacionais executadas durante o governo do PT.

Mantida a relação econômica promíscua entre o Estado, dono de estatais, partidos políticos e grupos de interesse, daqui a alguns anos teremos uma nova Lava Jato. Como nos ensinou Margareth Thatcher, não existe dinheiro público, o que existe é dinheiro do contribuinte e o contribuinte brasileiro não está mais disposto a financiar políticos, grupos de privilegiados e um Estado ineficiente e corrupto.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Artistas criticam extinção de reserva

Celebridades se mobilizaram nas redes sociais contra decreto que abre área da Amazônia para mineração; especialista fala em 'catástrofe' Fábio de Castro
Celebridades se mobilizaram ontem nas redes sociais contra o decreto federal que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). A medida também foi duramente criticada por especialistas. O decreto, assinado pelo presidente Michel Temer, permite que a Renca, uma área de tamanho equivalente à do Espírito Santo, rica em cobre e ouro, seja explorada pela iniciativa privada. A modelo Gisele Bündchen foi uma das primeiras

personalidades a usar o Twitter para criticar o decreto. “Vergonha! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados”, disse Gisele. A cantora Ivete Sangallo se manifestou no Instagram sobre o decreto: “Quanta notícia difícil de aceitar. Brincando com o nosso patrimônio? Que grande absurdo. Tem de ter um basta”. A cantora Gaby Amarantos também opinou pelo Twitter. “Não podemos permitir que Temer negocie nossas reservas e florestas como se fossem moeda de troca”, disse. A atriz Regina Casé publicou no Instagram um vídeo com imagens da região amazônica e comentou: “Isso é a Amazônia. Não podemos deixar que acabem com essa força. Nós dependemos disso pra viver”. O ator Thiago Lacerda também usou o Instagram para criticar o decreto. “Uma notícia horrível atrás da outra. Decisões criminosas se sucedem numa progressão geométrica”. O ator Cauã Reymond foi outro que manifestou indignação. “Mais um passo pra trás! Retrocesso que ameaça todo o nosso futuro”, publicou.

Impactos. Com uma área de 47 mil quilômetros quadrados, a Renca está localizada entre os Estados do Pará e do Amapá, e havia sido instituída em 1984 com o objetivo de poupar recursos minerais para o futuro. Embora a Renca não tenha sido concebida para preservação ambiental, o bloqueio da mineração privada na reserva ajudou a manter o alto grau de conservação encontrado hoje na área, segundo Marúcio Voivodic, diretor executivo da WWF-Brasil. “A Renca serve como uma barreira para a mineração”, disse Voivodic ao Estado. A reserva se sobrepõe a diversas partes de nove unidades de conservação. Voivodic teme que o decreto faça explodir a atividade mineradora na Renca, causando grande impacto nessas áreas. “Sabemos que os projetos de mineração trazem efeitos indiretos como a abertura de estradas, afluxo de forasteiros, grilagem, invasão de terra, extração ilegal de madeira e garimpo ilegal”, disse. De acordo com a pesquisadora Joice Ferreira, da Embrapa Amazônia Oriental, a grande demanda reprimida poderá levar de fato a uma explosão da mineração na área, com impactos nas áreas de conservação adjacente. Em 2014, a Joice liderou um estudo que mostrava a existência de 1,65 milhão de quilômetros quadrados, no Brasil, de áreas registradas com interesse para mineração, sobrepostas a 20% de áreas de proteção. “No estudo, nós identificamos a região da Renca como uma dessas áreas. Já havia registros de processos minerários”. Para Joice, o fim da reserva é “catastrófico”. Ela acredita que a mineração dificilmente ficará restrita aos 30% da Renca que não estão em áreas protegidas. “A medida constitui mais uma das diversas estratégias para pressionar por uma alteração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do País”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Estatal cortou 700 cargos de gerência

Presidente da Eletrobrás diz que o fato de empresa ter de seguir a lei das licitações atrasa processos e a deixa para trás no mercado.

A estrutura inchada, a perda de função em algumas áreas e o constante uso político provocam uma ineficiência de R\$ 4 bilhões por ano na Eletrobrás. Esse é o custo extra da estatal comparado aos indicadores de companhias privadas do setor elétrico, segundo cálculos da empresa de investimentos 3G Radar (que tem como sócia a 3G Capital, de Jorge Paulo Lemann). Em 15 anos, esse custo acumulou R\$ 85 bilhões, diz o chefe de análise da gestora, Pedro Batista. “O montante seria suficiente para manter seis meses de energia de graça para os brasileiros.”

O cálculo da 3G compara os índices da Eletrobrás (sem as distribuidoras) com duas empresas de geração privatizadas em 1999 e uma empresa de transmissão, privatizada em 2006: Engie, AES Tietê e Cteep. O resultado mostra que as empresas privadas pagaram mais impostos ao governo e dividendos aos acionistas. E ainda investiram R\$ 65 bilhões no setor. A Eletrobrás investiu R\$ 84 bilhões, mas, nos cálculos da 3G, a empresa perdeu algo em torno de R\$ 20 bilhões com a construção de empreendimentos como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, e Belo Monte, no Xingu.

Os números são um retrato das reclamações que vêm sendo feitas pelo atual presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior. Para ele, no cenário atual, a Eletrobrás não consegue competir com as concorrentes internacionais por causa das ineficiências incrustadas na empresa. Um dos entraves, na avaliação do executivo, são as licitações.

Por ser estatal, a empresa tem de seguir a lei de concorrência pública 8.666, o que atrasa quase todos os processos de compra de material ou serviços. “Processos rápidos, que levariam três meses, podem demorar muito mais para serem concluídos se algum concorrente questionar o resultado.”

Segundo Ferreira Júnior, que ficou 18 anos à frente da CPFL, até para a implementação de um programa de gestão que tem o objetivo de reduzir as ineficiências há dificuldades. A autorização para adotar o novo sistema ocorreu em setembro do ano passado, mas só foi contratada em junho deste ano, conta ele.

Outro problema refere-se à estrutura inchada da estatal, que é resultado dos desmandos políticos e também de mudanças nos rumos da companhia. “Quando cheguei aqui havia muitos assessores, secretárias e motoristas”, diz o presidente da estatal.

Havia casos de três secretárias por diretores, incluindo ele mesmo. Esse foi um dos primeiros trabalhos de Ferreira Júnior no comando da Eletrobrás. “Fizemos uma reestruturação gerencial da companhia, onde reduzimos as posições de gerentes de 2.200 posições para 1.500. Isso vai dar uma economia de R\$ 70 milhões por ano na companhia.”

Contraponto. O especialista Roberto Pereira D’Araújo, ex-funcionário de Furnas e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), tem algumas ressalvas em relação à ineficiência da Eletrobrás. Ele afirma que, ao longo dos últimos anos, ela foi perdendo funções. No passado, além das atividades atuais, ela

também tinha função equivalente ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e à câmara de comercialização de energia. “Se a estatal ficou ineficiente, não é culpa dela, mas do Estado”. O executivo destaca que a renovação forçada das concessões de usinas, no governo Dilma, destruiu valor da empresa. Na Chesf, diz ele, a receita líquida é de R\$ 10 o MW. “Os preços são ridículos e precisam ser revistos. Mas não podemos prescindir de uma estatal no setor. O que vai ocorrer quando a iniciativa privada não quiser fazer um investimento, como ocorreu em 2001, no racionamento de energia?”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Taxa extra na conta de luz cai para R\$ 2

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem que as contas de luz terão bandeira tarifária amarela no mês de setembro. Em agosto, o consumidor pagou pela bandeira vermelha. Abandeira amarela representa um acréscimo de R\$ 2 na tarifa por cada 100 kilowatt-hora(kWh) consumidos. No patamar anterior, da bandeira vermelha, o consumidor tinha uma cobrança adicional de R\$ 3 por cada 100 kWh.

"O fator que determinou a bandeira amarela foi a melhora das condições hidrológicas nas regiões Sul e Sudeste. Segundo o relatório do Programa Mensal de Operação (PMO) do Operador Nacional do Sistema (ONS), o valor da usina térmica mais cara em operação é de R\$ 411,92/MWh, o que determinou a redução da bandeira vermelha para a amarela", justificou a Aneel em sua decisão.

Todo mês, o sistema de bandeiras é atualizado pela agência. Para tomar a decisão, são avaliados o preço da energia, o volume de chuvas e a situação dos principais reservatórios das hidrelétricas em todo o País. A avaliação dos técnicos

é de que a situação ficou menos crítica no mês de agosto, em razão das chuvas registradas em algumas regiões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão e Fernanda Guimarães

Título: BR 'ganha' R\$ 6,3 bi da Petrobrás para ficar mais atrativa

Operação visa a aumentar as chances de sucesso da abertura de capital da distribuidora, que deve ocorrer até o final deste ano.

A Petrobrás vai injetar R\$ 6,3 bilhões na BR Distribuidora, como parte de uma reestruturação societária anunciada para tornar mais atraente a abertura de capital da subsidiária. Os recursos serão usados para abater a dívida da BR e limpar seu balanço, aumentando as chances de sucesso da oferta de ações, que deve ocorrer até 1.º de dezembro. A operação envolve a transferência de créditos da distribuidora com o grupo Eletrobrás à estatal, como antecipou o "Estadão/Broadcast".

"Tudo está engatilhado para a oferta ainda neste ano", afirmou ontem ao Estadão/Broadcast o presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, Nelson Carvalho. Segundo o conselheiro, advogados, auditores e bancos já foram contratados e a companhia está seguindo com todos os preparativos para sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). O desejo da Petrobrás é efetivar até 1.º de dezembro a operação, que é uma peça-chave de seu programa de desinvestimento de US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018.

A reestruturação anunciada prevê que os créditos da BR -decorrentes de dívidas da Eletrobrás pela compra de combustível para a geração de energia elétrica em usinas térmicas - serão transferidos a uma nova empresa, a Downstream Participações. Depois, ela será incorporada pela Petrobrás.

Os R\$ 6,3 bilhões do aporte de capital serão 100% destinados ao pagamento de dívidas da BR. A redução da dívida abre espaço para que a empresa seja mais bem avaliada pelos investidores, aumentando o interesse por seu IPO. Além disso, também é afastado o fantasma de um eventual calote da Eletrobrás. Ao fim de 2016, sua dívida bruta era de R\$ 12,4 bilhões. O balanço da BR do ano passado mostra que o total a receber de empresas termoeletricas do Sistema Eletrobrás era de R\$ 6,064 bilhões.

Balanço. Para especialistas, ao incorporar as contas a receber da Eletrobrás, a Petrobrás resolveu um entrave para a avaliação da BR na oferta. "O efeito foi

limpar o balanço da BR, que agora poderá ser mais bem avaliada", disse Nelson Carvalho.

"Nada mais é que uma operação preparatória para reduzir a alavancagem (o tamanho da dívida na comparação com sua geração anual de caixa) da BR, ao dar uma saída para créditos podres. Isso torna a empresa mais vendável", diz o advogado Luiz Henrique Vieira, do Bichara Advogados. O Plano de Negócios e Gestão BR para o período 2017-2021 é a redução dessa relação das 3 vezes verificadas em 2016 para 2 vezes em 2021.

Para o professor Eliseu Martins, um dos maiores especialistas em contabilidade do País, nada se altera no balanço consolidado da petroleira. "A Petrobrás apenas perde liquidez, ao deixar de ter dinheiro e passar a ter recebíveis", explica.

A companhia informa no comunicado que a operação será realizada a valor contábil, sem gerar resultado para nenhuma das duas empresas envolvidas. "Não vai ser gerado nenhum lucro interno nas operações da mãe (Petrobrás) com a filha (BR). Às vezes uma empresa passa um ativo para outra não a valor contábil, mas a valor de mercado, o que pode gerar problemas tributários. Nesse caso, a Petrobrás não deve pagar mais nem menos que o valor pelo qual os créditos estão contabilizados", diz Martins.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Karin Sato e Fátima Laranjeira

Título: Broadcast de olho nas ações

Ações do setor de papel e celulose estão na mira dos analistas

É indiscutível que o momento é bom para as ações do setor de papel e celulose. Suzano acumula ganho de 27% apenas neste mês, Fibria, de 24%, e Klabin, de 12%. Fundamentos das companhias e também do setor explicam essas valorizações.

Nesta semana, a Magliano alterou toda sua carteira. Suzano é um dos papéis que entrou na lista. Os analistas afirmaram que a companhia deve tentar novo reajuste no preço da celulose em setembro, para ter uma visão mais clara sobre a relação de oferta e demanda no mercado global, enquanto tenta implementar na China o reajuste anunciado em junho, mas que ainda não obteve pleno sucesso.

"Seguimos otimistas com a empresa, mas cabe alertar que, em momentos de volatilidade cambial, o preço da ação acaba registrando grande interferência",

justificaram. A nova lista conta ainda com Cielo, Ecorodovias, Braskem e Smiles. Entre as justificativas para as duas primeiras estão os sinais de recuperação da economia.

Sobre Braskem, os analistas afirmaram que o pior já passou para a companhia, após seu envolvimento na Lava Jato. "O que esperamos agora é a venda da participação em seu controle acionário pela Petrobrás, já sinalizado ao mercado, o que, associado ao bom desempenho da empresa tende a atrair fluxo financeiro para suas ações." Os profissionais acreditam ainda que a ação da Smiles teve fraco desempenho na última semana, abrindo possibilidade de recuperação.

A Planner também está atenta ao setor de papel e celulose. A equipe de análise resolveu retirar a Ser Educacional da carteira, após o papel acumular ganhos de 16,3% em agosto e 61,7% neste ano, e incluiu as units da Klabin. "A ação é uma opção defensiva dentro do setor de papel e celulose. No segmento, a Klabin é a empresa menos exposta à volatilidade cambial, por conta da flexibilidade de sua produção e da baixa exposição ao dólar em relação aos seus pares", disseram os analistas, acrescentando que o cenário segue com perspectiva positiva para o setor, em função dos sinais positivos de retomada da economia doméstica.

A Guide, por sua vez, retirou a elétrica Equatorial da carteira para dar lugar à B3. "Adicionamos a B3, uma vez que visamos uma melhor perspectiva para os ativos de renda variável", disseram os analistas. O evento que roubou a cena nesta semana foi o anúncio do governo da intenção de privatizar a Eletrobras. Mas ainda há dúvidas no mercado sobre como e quando a operação vai acontecer.

O analista Pedro Galdi, da Magliano, citou algumas barreiras que devem ser enfrentadas: "A pressão política de alas do Norte e Nordeste do País contra a venda de Chesf e Eletronorte deve ser grande. Por outro lado, não podemos esquecer que a empresa é alvo de ação coletiva nos EUA por conta da operação Lava Jato. Mas a grande preocupação vem de outro fator, que seriam os possíveis esqueletos não contabilizados, sendo que a própria empresa fazia menção no balanço do segundo trimestre que contava com R\$ 64,5 bilhões em contingências não provisionadas", diz.

A Coinvalores, por sua vez, opinou que a proximidade das eleições deve dificultar todo o processo. Já Vitor Suzaki, analista da Lerosa, disse que a privatização da maior companhia elétrica nacional traz "enormes desafios", como as diferenças entre partidários da base aliada preocupados com a extinção de cargos em coligadas

MME / ASCOM .